



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Econômicas	Campus:	Sede
Departamento:	Economia		
Centro:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas		
COMPONENTE CURRICULAR			
Nome: Economia Brasileira		Código:	
Carga Horária: 68	Periodicidade: Semestral	Ano de Implantação: 2020	
1. EMENTA			
Evolução da economia brasileira desde a origem da industrialização até a desaceleração e crise dos anos oitenta do Século XX.			
2. OBJETIVOS			
Analisar a evolução e as transformações da economia brasileira ao longo do processo de industrialização por substituição de importações e o esgotamento desse processo que culminou na crise fiscal do Estado brasileiro no início dos anos 1980.			

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - A CRISE DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA E A MUDANÇA DO CENTRO DINÂMICO DA ECONOMIA BRASILEIRA

- 1.1. Traços gerais da acumulação cafeeira.
- 1.2. Reação brasileira à crise de 1929.
- 1.3. O desenvolvimento industrial e política econômica.
Bauer (2009), cap. 3
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016) cap. 13.
Abreu (2014) cap. 3.
Lacerda *et al*, (2018), caps. 3 e 5.
MELLO, (1982), cap. II, p.156 a 177
Furtado (1989), caps. XXXIII a XXXVI

II - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES, SEUS DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS

- 2.1. Reorganização do Estado brasileiro
- 2.2. Tentativas de planejamento
- 2.3. PSI e o papel do setor agrícola
- 2.4. Origens do desequilíbrio regional no Brasil
Baer (2009), Caps. 3 e 15.
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016), cap. 14.
Abreu (2014) cap. 4.
Lacerda *et al*, (2018), cap. 4.
Rego e Marques (2011), caps. 10, 11 e 12.

III - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES A PARTIR DA II GUERRA MUNDIAL

- 3.1. A II Guerra Mundial, a política econômica do pós-guerra, os investimentos públicos e o desenvolvimento da indústria de base.
- 3.2. O Plano de Metas e o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital.
- 3.3. O papel do Estado na economia e a industrialização.
Baer (2009), caps. 3, 4 e 13.
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016), caps. 14 e 22.
Giambiagi *et al.* (2016), caps. 1 e 2.
Abreu (2014) caps. 4, 5, 6, 7 e 8.
Lacerda *et al.*, (2018), caps. 5, 6 e 7.
Rego e Marques (2011), caps. 10, 11 e 12.
Lessa (1981)

IV - A DESACELERAÇÃO ECONÔMICA E REFORMAS ESTRUTURAIS: 1962-67:

- 4.1. A desaceleração do crescimento econômico e a aceleração inflacionária.
- 4.2. As políticas de estabilização e o agravamento da crise.
- 4.3. As reformas econômicas e as bases para a recuperação da economia.
Baer (2009), cap. 5.
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016), cap. 15.
Giambiagi *et al.* (2016), caps. 2 e 3.
Abreu (2014) caps. 9 e 10.
Lacerda *et al.*, (2018), cap. 8.
Serra (1982).
Bresser Pereira (1987), cap. 5.

V - MILAGRE ECONÔMICO NO PERÍODO DE 1968-73

- 5.1. As políticas econômicas da gestão Delfin Neto.
- 5.2. As condições favoráveis no mercado financeiro internacional
- 5.3. O debate sobre a distribuição de renda
Baer (2009), caps. 5 e 6.
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016), cap. 15.
Giambiagi *et al.* (2016), cap. 3.
Abreu (2014) cap. 11.
Lacerda *et al.*, (2018), cap. 9.

VI - EXPANSÃO COM ENDIVIDAMENTO EXTERNO: 1974-1979

- 6.1. II PND
- 6.2. As políticas econômicas do governo Geisel
- 6.3. Endividamento externo e choque do petróleo
Baer (2009), cap. 6.
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016), cap. 16.
Giambiagi *et al.* (2016), caps. 3 e 4.
Abreu (2014) cap. 12.
Lacerda *et al.*, (2018), cap. 10.

VII - A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA E O AJUSTE RECESSIVO: 1980-85

- 7.1. O choque externo
- 7.2. Ajustes cambiais e impacto fiscal: as políticas econômicas recessivas
- 7.3. Descontrole inflacionário e a crise do Estado brasileiro
Baer (2009), caps. 6 e 13.
Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016), cap. 16 e 22.
Giambiagi *et al.* (2016), cap. 4.
Abreu (2014) cap. 13.
Lacerda *et al.*, (2018), caps. 11 e 12.

4. REFERÊNCIAS
4.1- Básicas
ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014. BAER, Werner. A Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 2009. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: 23ª ed. São Paulo: Nacional, 1989. GIAMBIAGI, Fabio, VILLELA, André, HERMANN, Jennifer, BARROS DE CASTRO, Lavinia. Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2015. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016. GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval e TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea, 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016. LACERDA, Antonio Correa; BOCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira – 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. LESSA, Carlos. 15 Anos de Política Econômica, São Paulo: Brasiliense, 1981. MELLO, João M. Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (orgs.). Formação Econômica do Brasil, São Paulo: Saraiva, 2011. SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do após-Guerra", in Revista de Economia Política, Vol. 2/2, n.6, abril-junho/1982, São Paulo: Brasiliense, 1982. SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.
4.2- Complementares

Aprovação do Departamento

Aprovação do Conselho Acadêmico

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Disciplina: **ECONOMIA BRASILEIRA**

Código:

Ano Letivo: **2020**

Turma(s): Todas vigentes

Professor(a):

Curso: **Ciências Econômicas**

Verificação da Aprendizagem

Nota Periódica:	1ª	2ª	-
Peso:	1	1	-

1ª NOTA PERIÓDICA - peso 1: Avaliação (prova escrita) com valor de 0 (zero) a 10,0 (dez).

2ª NOTA PERIÓDICA - peso 1: Avaliação (prova escrita) com valor de 0 (zero) a 10,0 (dez).

AVALIAÇÃO FINAL: Prova escrita, abrangendo todo o conteúdo ministrado.

Art. 35. Será considerado aprovado no componente curricular, sem necessidade de avaliação final, o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e tiver alcançado Nota Final (NF) igual ou superior a 6,0.

Art. 36. Deverá realizar avaliação final o aluno que, tendo frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular, tiver alcançado nas avaliações periódicas do componente curricular cursado, Nota Final (NF) inferior a 6,0.

§ 1º Após a realização da avaliação final será aprovado no componente curricular o aluno que obtiver Nota Média Final (NMF) igual ou superior a 5,0, resultante da média entre a Nota Final (NF) e a Nota da Avaliação Final (NAF).

(...)

(Resolução nº 079/2004-CEP, de 30/junho/2004).

Aprovação do Departamento

Aprovação do Conselho Acadêmico